

LÍNGUA E DIALETO: uma discussão teórica sobre a variação e o preconceito

Márcia Regina Fernandes

Tutora Externa: Márcia Cristina Neves Voges

Professora: Bruna Alexandra Franzen

Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI

Letras - Língua Portuguesa e Respectiva Literatura (LED0168) - Prática do Módulo III

30/11/2013

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar os conceitos de língua e dialeto, conforme estudos que vêm sendo feitos pela ciência da linguagem, bem como as dificuldades que existem em definir exatamente estes conceitos como distintos entre si. Existe certo e errado quando se trata de tais conceitos? São questões ainda mal respondidas pelos teóricos da linguagem e passam por muitos outros questionamentos oriundos da simples separação conceitual. Após mostrar algumas destas dificuldades, o trabalho passa a abordar o tema do preconceito linguístico decorrente da normatização e do culto à língua-padrão como a única forma correta de falar e escrever. O antagonismo existente entre ambos, proposto pela Gramática Normativa, que cultiva a língua em formas categóricas e drasticamente distintas, é discutido e desmitificado pela Sociolinguística, um ramo da Linguística. No seguimento, o trabalho relaciona esta oposição e conclui apontando para os rumos que a Sociolinguística pode dar, a fim de contribuir para uma nova visão no ensino da gramática na escola e assim minimizar o preconceito.

Palavras-chave: Língua. Dialeto. Variação. Preconceito linguístico.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos da Gramática têm privilegiado a escrita, sua análise foi sempre base para a criação das normas e regras gramaticais que prescrevem o uso certo da língua. Nessa perspectiva, criou-se uma compreensão de que escrever bem é uma premissa para falar bem e vice-versa. Tal configuração cultural considera intelectuais os indivíduos que mantêm a castidade da língua.

Diferente da milenar Gramática Tradicional, as novas abordagens do estudo linguístico nos trouxeram reflexões diferentes, como a Gramática Descritiva, que não se preocupa com a prescrição, mas com o

uso concreto da língua através da fala, e a Gramática Gerativa, para a qual cada indivíduo traz consigo, inatas, as estruturas gramaticais que lhe dão a competência para o uso da língua.

A Sociolinguística, por sua vez, preocupa-se com o estudo do uso real da língua no campo de ação social, em que se dá a comunicação humana. Analisar a língua dentro do sistema das relações sociais faz com que outro olhar seja lançado para o que antes eram considerados desvios e erros. Para os estudos sociolinguísticos, o que vale é o uso, não a norma e, portanto, não há espaço para o preconceito, não há um modo de falar que seja certo ou errado. O que existem são apenas jeitos diferentes, nessa

perspectiva nenhuma língua é melhor ou mais correta que a outra. Deixa-se o puritanismo de lado e chega-se à comunidade linguística, onde todos compartilham uma identidade social nas regras do uso.

Compreendido isso, iniciamos a discussão proposta para o presente trabalho, cujo objetivo é apresentar os conceitos de língua e dialeto, conforme estudos que vêm sendo feitos pela ciência da linguagem, bem como as dificuldades que existem em definir exatamente esses conceitos como distintos entre si. Para tanto, faremos uma discussão teórica que busca definir os conceitos de língua e dialeto, além de uma reflexão sobre o que se tem discutido com relação ao preconceito linguístico.

A partir desta introdução, o trabalho traz, na seção 2, uma discussão conceitual de língua e dialeto. Na seção 3, fazemos um contraponto entre a variação e o preconceito. Para finalizar, apresentamos uma reflexão sobre o ensino da língua materna, retomando os conceitos discutidos no decorrer do trabalho e estabelecendo as considerações em torno do todo apresentado.

2 LÍNGUA E DIALETO: CONCEITOS

Iniciamos a reflexão proposta para o presente trabalho com a definição que Saussure (2006) apresenta sobre língua. Esta, para o teórico,

[...] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Saussure (2006) considera a língua um fato social distinto, por várias características, dos outros fatos sociais humanos, como as instituições políticas, jurídicas etc. Assim, a língua consiste num sistema de

signos utilizados pelo homem para exprimir conceitos, ideias, dar sentido às coisas e aos fenômenos.

O indivíduo se utiliza da língua para comunicar-se, mas ele não pode criar a língua nem pode modificá-la. A língua existe somente conquanto se estabeleça a concordância tácita dos indivíduos de uma comunidade linguística acerca dos conceitos do sistema de signos. Os falantes devem ter internalizada (o que acontece de forma passiva) a amplitude dos significantes e significados do sistema da língua para que a mensagem seja compreendida e a comunicação se efetive.

Para Coutinho (2011, p. 24), “língua é a linguagem particularmente usada por um povo”. Do que podemos inferir, ainda, o caráter social da língua, a partir do momento que um determinado povo “se apropria” e faz uso dela. Dessa forma, temos, então, o conceito de língua como pertencente ao caráter de um povo, e como um símbolo da nacionalidade desse povo, assim, “[...] é em grande parte a língua que constitui a Nação.” (SAUSSURE, 2006, p. 29). Entretanto, o caráter nacional da língua, como entidade que representa o falar de um povo, pode não estar restrito a apenas uma nacionalidade. Uma língua pode pertencer a várias nacionalidades e uma nação pode ter várias línguas coexistindo e sendo utilizadas paralelamente. Por exemplo, o inglês é a língua oficial de mais de cinquenta países, em regiões do planeta muito distintas. Mas, em muitos desses países, o inglês é apenas a língua oficial, o que não significa que seja adotado por todos os falantes da sua população.

As evoluções da língua, ou transformações, ocorrem no tempo e no espaço. As mudanças que ocorrem em relação ao tempo são chamadas diacrônicas e permitem as mudanças fonológicas e morfológicas, que acabam por adaptar uma língua até que dela se origine outra,

como do Latim se originaram as línguas neolatinas, por exemplo. Já as mudanças sincrônicas são relativas a determinados segmentos ou camadas sociais, regiões ou territórios geográficos, faixa etária, gênero, originando aquilo que chamamos de variantes ou dialetos, que são modos de falar diferentes. Nesse caso, se uma variação da língua é relativa ao espaço geográfico, ela é chamada de variação diatópica e se for de natureza social, chama-se diastrática (SELL; GONÇALVES, 2011). De acordo com Bizzocchi (2006, p. 3),

[...] as línguas são organismos vivos, que nascem, crescem, se reproduzem e morrem. Na verdade poderiam ser comparadas com mais propriedade a espécies biológicas. [...] E assim como acontece com as espécimes biológicas, os idiomas evoluem, sucedendo às vezes de uma língua tornar-se duas ou mais, ou extinguir-se sem deixar descendentes. [...] As línguas evoluem por mutação [...] Essas mutações se acumulam e ocorrem simultaneamente, mas com resultados diferentes em todo um território.

Essas evoluções linguísticas são naturais e constantes. Na história de qualquer língua, vemos nitidamente que o povo a modifica, entretanto não a corrompe, não a descaracteriza, não a distorce. Apesar de ser impossível manter-se uma unidade linguística, é verdade que a língua mantém seus caracteres naturais e sua identidade, mesmo se desdobrando para formar, em si mesma, um conjunto de variedades. Estima-se que há mais de dois mil idiomas falados no mundo atualmente.

A partir do exposto sobre o conceito de língua, é relevante, também, discutirmos a compreensão de dialeto, entendido como uma variedade da língua. Assim, dialeto é tido como qualquer outra forma da língua que “não seja a oficial de um país” (BIZZOCCHI, 2006, p. 12). Um dialeto é um desdobramento da língua, a qual se diversifica, variando conforme as regiões de determinado território, de acordo com as diversas camadas socioeconômicas

da população, sua faixa etária, bem como os acentos idiossincráticos dos diferentes indivíduos.

Enquanto a língua oficial é a chamada língua padrão, adotada como norma pelos gramáticos, portanto possuidora do *status* de ser o único modo de falar e escrever correto, o dialeto não tem o mesmo prestígio. Quanto mais distante da língua padrão se encontrar um dialeto, mais este será considerado uma forma inculta, conforme afirma Bizzocchi (2006, p. 2), “alguns falares, mesmo próximos da língua-padrão, são estigmatizados por motivos históricos ou sociais.” A língua oficial é ensinada nas escolas, enquanto os dialetos se distribuem informalmente pela vida dos indivíduos.

Estabelecer uma fronteira entre a língua e o dialeto fica mais difícil à medida que ambos, linguisticamente, não têm diferenças fundamentais, pois os dois possuem estruturas lexicais e gramaticais. Historicamente, pode-se dizer que:

Em sua origem, toda a língua é um dialeto, que, por circunstâncias várias, consegue predominar. Assim, o italiano foi a princípio o dialeto da Toscana; o espanhol, o de Castela; o francês, o da Ilha de França. Língua e dialeto são, pois, termos relativos. O italiano, o francês, o espanhol, o português etc, que, tomados separadamente, constituem verdadeiras línguas, não passam de simples dialetos. (COUTINHO, 2011, p.28).

“Dialeto vem do grego *diálektos*, composto de *diá*, ‘através’, e *léktos* ‘fala’.” (BIZZOCCHI, 2006, p. 1). Através da fala pode-se entender como uma maneira de falar diferente da língua contínua, uma fala que cruza os limites da própria língua considerada padrão e extrapola o intercurso normal que rege a distribuição linguística. Mas a língua é viva, nasce, cresce, se transforma e/ou morre (BIZZOCCHI, 2006). O dialeto é produto dos processos de transição da língua, é uma particularidade, pode ser um resquício, pode conter apenas as matrizes linguísticas

que lhe deram origem, mas está sempre transitando através da língua oficial, que o considera sempre uma ameaça à tradição, às regras, ao *status quo* mantido pela língua-padrão.

No entanto, apesar de estar em condição de desprestígio, um dialeto sempre é uma variante, uma situação diversa na forma, não no conteúdo. Independentemente da região onde estejamos, por exemplo, no Brasil, ao norte ou ao sul, a forma de falar se modifica, o acento da fala difere, o mesmo fonema pode ser pronunciado de jeitos diferentes, mas a língua é sempre a mesma: o português. O que a língua contém em si, o substrato, se mantém coeso.

Considera-se que os dialetos sejam assim categorizados (e não como línguas) porque estão naturalmente ligados à fala do povo e por não apresentarem uma literatura própria ou uma tradição literária escrita (BIZZOCCHI, 2006), embora possam existir publicações em que sejam utilizadas formas ou expressões linguísticas próprias dos dialetos, como revistas e jornais voltados para determinados segmentos sociais ou culturais, que visam uma aproximação íntima com seu público através do linguajar dialetal. A literatura de cordel, por exemplo, típica do Nordeste do Brasil, apresenta-se numa variante linguística própria daquela região e, apesar de ter suas origens na oralidade, possui recursos narrativos e características dos romances. Portanto, não se pode ver aí uma fronteira demarcada que separe os conceitos de língua e dialeto.

O que parece mais apropriado dizer dos dialetos é que eles são, em geral, formas comunicativas eficazes justamente por serem particularizadas, e que não obtiveram reconhecimento por parte daqueles grupos da sociedade que dominam a língua-padrão. Os dialetos, seja por razões relativas à diferenciação dos espaços geográficos, do ambiente, por questões ligadas à estratificação socioeconômica das

comunidades linguísticas, por questões de natureza política e histórica, etc., carregam em si o estigma da forma errada de falar, imposto pela normatização da língua, e por isto passam a ser considerados fora da lei, formas marginalizadas da língua. “Como uma norma social, o dialeto é uma língua excluída das normas cultas.” (MANÉ, 2012, p. 43).

3 LÍNGUA E DIALETO - A VARIAÇÃO E O PRECONCEITO

A Gramática Tradicional, o estudo científico da língua, suas regras de uso e aplicação, nasceu na Grécia Antiga, fruto de uma tentativa das elites de impor o dialeto ateniense, originalmente chamado *Koiné* (MANÉ, 2012, p. 41), uma forma dialetal que se solidificou a partir de muitas variedades faladas, como o jônico, o ático e dórico. Esta situação era o reflexo da situação geopolítica da Grécia daquele período histórico, quando o território grego era formado por diversas cidades-Estado, cada uma independente da outra e com características de organização diferentes. Havia, por isso, diversos dialetos que se comportavam como línguas, inclusive pela produção de textos literários. Com a ascensão de Atenas, tornando-se a capital política e cultural grega, surge a necessidade de impor a sua variedade linguística como forma dominante. No modelo aristocrático de governo de Atenas, tal feito foi muito útil para solidificar a posição de primazia sobre as outras cidades-Estado e a ajuda dos estudiosos da língua foi crucial.

Os gramáticos passam a normatizar a língua para padronizá-la, com a finalidade de construir uma língua ideal, considerada pura. Essa língua pura, falada por poucos, escrita por e para poucos, era um saber quase esotérico, pois era preciso fazer parte de uma camada privilegiada da sociedade para alcançá-lo. O ideal de uma língua-referência da correção é nada mais que uma abstração intelectual, muito distante da grande maioria da população, da forma concreta da língua. Sobre isso, Bagno (2002) apresenta que:

Por causa dessa concepção de *língua* (>norma>gramática) como uma abstração, arrancada de sua realidade social, histórica e cultural, é que existe uma distância muito grande entre as regras gramaticais descritas e prescritas pela norma-padrão (NP) tradicional, ideal de língua (supostamente) codificado nas gramáticas normativas e o *uso real* dos recursos linguísticos, empiricamente verificável [...]. (BAGNO, 2002, p.27).

O que ficou de lá para cá, o que herdamos dos gramáticos gregos foi exatamente o culto à forma pura, à essência, algo na língua que somente seria atingível através de um esforço sobre-humano, quase heroico. E aqueles que não são heróis, são excluídos, vítimas do preconceito linguístico.

3.1 A DINÂMICA DA OPOSIÇÃO

As línguas evoluem, conforme já discorremos, ao longo do tempo e do espaço, quer seja o espaço geográfico, político ou social, e as mudanças ocorrem pelas necessidades de adaptações e acomodações do substrato linguístico a esses contextos. Esse fato mostra a estreita relação existente entre língua e sociedade. A língua, como fato social, reflete o que acontece na sociedade e revela seu dinamismo. No contexto linguístico, esse dinamismo sempre foi mais evidente no contexto da fala do que no da escrita.

A construção do códex de uma língua é paulatina, lenta e gradual, requer esforço, conhecimento histórico, etimológico, filológico muito grande e diversificado, e se constitui como um garimpo do léxico, porque absolutamente todo o vocábulo/palavra da língua deve ser perscrutado(a). Devemos fazer aqui uma distinção entre palavra e vocábulo:

A palavra corresponde a um conteúdo semântico. Na sua conceituação não se atende aos sons, ou melhor, aos elementos materiais, mas ao sentido. No vocábulo, ao contrário, não se atenta para a significação, mas para

os elementos fonéticos e morfológicos. (COUTINHO, 2011, p. 81).

Os estudos sobre o léxico de uma determinada língua perdem para a capacidade que ela tem de criar e recriar, a todo o momento, novas palavras/vocábulos. Perdem porque aquele processo de garimpar os significados não acompanha a celeridade da comunicação digital, grande responsável por disseminar uma imensa gama de neologismos, incorporações, adaptações que os falantes realizam na fala em seu cotidiano. Podemos inferir que isso em nada traz dificuldades à compreensão linguística, e não traria, não fosse o distanciamento cada vez maior no eterno embate fala e escrita.

A palavra é o instrumento, carregado de significado, para falar e escrever. O privilégio histórico que tem a escrita na comunicação humana decorre, principalmente, das relações diretas da língua em três âmbitos, de acordo com Saussure (2006): as relações etnológicas entre língua e raça e/ou civilização; as relações históricas entre língua e política (as conquistas, a colonização etc.), as relações da língua com as instituições sociais: a igreja, a escola, entre outros. Tais instituições podem ser vistas como responsáveis pelo desenvolvimento literário de uma língua.

A língua literária ultrapassa, em todas as partes, os limites que lhe parece traçar a literatura: recorde-se a influência dos salões, da corte, das academias. Por outro lado, suscita a avultada questão que se estabelece entre ela e os dialetos locais [...], pois toda língua literária, produto da cultura, acaba por separar sua esfera de existência da esfera natural, a da língua falada. (SAUSSURE, 2006, p. 30).

O desenvolvimento de uma linguagem literária estreitou os laços entre a escrita e a ideia da língua culta ao longo dos séculos. Dos manuscritos religiosos da Antiguidade e da Idade Média até os romances da Literatura, a escrita literária tratou também de preservar e enrijecer a Gramática Normativa.

Sabemos que a norma é sempre construída a partir do dialeto dos grupos sociais de maior prestígio, de maior poder econômico, de maior poder político, etc. Historicamente, foi sempre o poder maior que normatizou a língua, que estabeleceu que as regras de uso da sua língua serviriam como padrão e como referência de *status* (SASSURE, 2006). A igreja foi durante muito tempo uma forte dominante do campo linguístico (normalmente os gramáticos eram monges ou padres), pois a escrita ficou restrita, durante séculos, aos mosteiros. Posteriormente, com o advento da imprensa, a escrita torna-se mais popular, criam-se os círculos editoriais e as publicações jornalísticas para um público seletivo pertencente à elite que tinha acesso à escolarização e, portanto, à leitura. A beleza da língua pura passava a ser cultuada nos círculos das altas rodas sociais, nos saraus, nos jantares aristocráticos, na comunicação oficial da burocracia estatal, nos discursos políticos, nas *belles-lettres* dos intelectuais, no academicismo (SAUSSURE, 2006) etc.

Com a popularização da escola, a gramática das elites passa a ser ensinada nas salas de aula para o povo - que falava de maneira diferente das elites. Assim, o povo que não sabia escrever a sua fala passa a ser ensinado a escrever rigidamente dentro das normas da escrita da elite. Na escola, houve a crescente supervalorização da Gramática Normativa, que levou à preocupação excessiva com a correção. Desconsidera-se totalmente, nesse intercurso, a oralidade, e qualquer forma distinta da língua-padrão é um desvio, uma forma antiestética, em erro da língua (BAGNO, 2002).

3.2 DO ERRO AO PRECONCEITO

O português do Brasil contrasta radicalmente com o português lusitano, mas a gramática brasileira ainda usa como referência a língua arcaica que se falava e escrevia em Portugal. Não leva em conta a língua que se fala e que se usa atualmente nas diversas regiões do nosso país, nem

mesmo as diferentes variações diatópicas e diastráticas. Ou seja, a norma culta que prescreve e descreve o nosso modo de escrever e de falar é um conjunto de regras distantes, desconhecidas para a maioria da população e até mesmo para muitas pessoas que a conhecem bem, mas que encontram dificuldades em aliar a regra ao uso, porque a primeira simplesmente é tão extensa e tão complexa, tão cheia de exceções a si própria, que acaba complicando ainda mais a prática cotidiana da língua. De acordo com Bagno (2002):

A Gramática Tradicional é um construto intelectual que até hoje preserva uma ideologia feudal, aristocrática, anticientífica, autoritária, dogmática e inquisitorial. A norma padrão (NP) clássica do português, inspirada nos postulados da Gramática Tradicional, ainda hoje define como seu objeto único de estudo e prescrição a língua *escrita*, mais precisamente a língua empregada, com finalidades estéticas, por um conjunto restrito de ficcionistas e poetas. (BAGNO, 2002, p. 30).

Os dialetos, sendo usos peculiares da língua, são estigmatizados como formas errôneas de falar porque refletem as íntimas ligações que existem entre língua e sociedade. A língua-padrão é utilizada desde o tempo da colonização como meio de manutenção do poder e do *status quo* por todas as minorias que centralizam esse poder, seja ele político ou econômico:

Um dos instrumentos da colonização portuguesa no passado é hoje um dos instrumentos de dominação dos segmentos que detêm o poder na sociedade brasileira. O processo quinhentista persiste, a ideologia da homogeneização cultural e linguística também, mudados apenas os senhores. (SILVA, 1988, p. 17).

Sob esta ótica, erro e preconceito constituem-se como duas palavras-chave para perpetuar, nas relações que se estabelecem na hierarquia social, a dinâmica da oposição entre classes (ricos e pobres),

etnias (brancos e negros), etc. Isso equivale a afirmar, conforme Silva (1988), que existe uma elite cuja ideologia deve ser oficialmente aceita e acatada por quem fala diferente do estabelecido como padrão.

A Sociolinguística, como a ciência que estuda a língua em seu uso cotidiano, no contexto real do falante, propõe que todas as variações da língua devam ser consideradas, estudadas e inseridas como parte do patrimônio linguístico de um povo, que nada mais é que o conjunto dessas variedades. As noções de erro e o preconceito linguístico serão transpostos a partir de uma construção reflexiva e progressiva sobre a importância da diversificação e da pluralidade da língua. Para tanto, esta precisaria ser compreendida de outro modo, sem seu caráter mítico, livre do idealismo e do culto à forma e à norma.

Não se trata de radicalismo ou de pensar que não se deve mais ensinar na escola as regras da gramática e que a norma deve ser abolida. Se assim fosse, estaria constituído o caos linguístico, o que comprometeria a unidade no plano da comunicação, principal objetivo do uso da língua. O que a Sociolinguística prevê em seus estudos é o ensino da língua materna de forma prazerosa e democrática, levando ao aluno o conhecimento da língua viva e considerando os aspectos que favorecem a multiplicidade, sejam eles regionais, sociais, econômicos ou políticos. A manutenção de padrões ultrapassados somente contribui para o distanciamento entre fala e escrita, preservando a oposição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o presente trabalho estabelecemos como objetivo principal apresentar os conceitos de língua e dialeto, conforme estudos que vêm sendo feitos pela ciência da linguagem, bem como as dificuldades que existem em definir exatamente esses conceitos como distintos entre si. A partir disso, refletimos acerca das especificidades

em torno dos conceitos de língua e dialeto. Ao compreender essas diferenças, é possível entender a origem do preconceito linguístico e estabelecer, assim, uma percepção crítica acerca das realidades linguísticas de nosso país.

Com as discussões abordadas no presente estudo, entendemos que a língua é um sistema construído socialmente e que, por sua vez, apresenta variações. Estas podem ocorrer de acordo com a região geográfica ou com a camada social da qual o falante faz parte. Nessa perspectiva, os dialetos não têm o mesmo prestígio da língua padrão e é essa dicotomia, entre língua e dialeto, que gera o preconceito linguístico sobre o qual também buscamos refletir em nosso trabalho. Afinal, é preciso compreender esse processo para repensar as práticas em sala de aula.

Por fim, depreendemos que oferecer aos alunos o conhecimento da língua real é uma estratégia de ensino que promove o desenvolvimento linguístico. Além disso, desperta no aluno o desejo de conhecer os seus dialetos em primeiro lugar para, posteriormente, entender a lógica da língua padrão em sua forma mais ampla e abrangente. A partir disso, a escrita, a leitura e a oralidade são construídas de modo processual, preservando a identidade entre língua e povo.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Língua Materna, Letramento, Variação e Ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BIZZOCCHI, Aldo. A Distância Entre Língua e Dialeto. **Revista Língua Portuguesa**, ano 2, n. 14, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.aldobizzocchi.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2013.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MANÉ, Dijby. As Concepções de Língua e Dialeto e o Preconceito Sociolinguístico. Via Litterae. **Revista de Linguística e Teoria Literária**, v.4, n. 1. Goiânia, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SELL, Fabíola Sucupira Ferreira; GONÇALVES, Alberto. **Sociolinguística**. Caderno de Estudos. Indaial, Grupo UNIASSELVI, 2011.

SILVA, Rosa Virgínea Mattos e. Diversidade e unidade: a aventura linguística do Português. **Revista ICALP**, vol. 11, mar. 1988. Revista ICALP, vol. 12/13, jun-set. 1988. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/diversidade.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.